

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

“Dispõe sobre a apreciação do Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente às contas da Prefeitura Municipal referente ao exercício de 2017 – processo TC. TC - 6649/989/16-7”.

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal de Dolcinópolis, nos termos do artigo 200 § 1º e demais úteis a espécie do Regimento Interno desta Casa, através desta relatora Celma Maria Posclan Neves, apresenta parecer em relação às contas referentes ao exercício de 2017 prestadas pelo Prefeito deste Município de Dolcinópolis Senhor **Américo Ribeiro do Nascimento**, junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo parecer daquela Corte foi no sentido de a emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura de Dolcinópolis em razão do voto do eminente relator Conselheiro Dr. **Sidney Estanislau Beraldo** (evento 96 dos autos) – conforme voto em anexo.

Em sessão do e. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, realizada no dia 09 de setembro de 2020, “Tribunal Pleno” pelo voto de seus Conselheiros: Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antônio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, que tem como relator o primeiro, ACORDARAM, em emitirem **parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis, exercício de 2017**, no processo apenso ao principal nº. TC-024479.989.19-6 conforme segue:

“VOTO - MÉRITO

3.1 - No mérito, as razões recursais são plausíveis e comportam acolhimento.

Vale lembrar que o único óbice a comprometer as contas se refere aos resultados econômico-financeiros obtidos no exercício fiscalizado.

As informações extraídas dos demonstrativos contábeis da Prefeitura evidenciam que a execução orçamentária apresentou superávit de R\$. 1.467.365,64, equivalente a 12,98% da receita arrecadada.

Não obstante, o resultado financeiro correspondeu a um déficit de R\$ 1.377.757,69, alcançando o patamar de cerca de 41 (quarenta e um) dias de arrecadação (RCL) 4, acima, portanto, do tolerado por esta Corte, mas reduzindo em 51,57% o apurado pela Fiscalização no exercício anterior (-R\$ 2.845.123,33).

Também houve acréscimos na dívida de longo prazo em 11,79% (de R\$ 1.442.106,29 para R\$ 1.612.118,12), em razão de formalização de parcelamentos de débitos, e na dívida ativa em 23,15% (de R\$ 118.797,83 para R\$ 146.300,56) em relação ao exercício anterior.

Com isso, o endividamento total da Municipalidade em 2017 foi da ordem de R\$ 3.733.341,78 e representou 30,93% da RCL (R\$ 12.070.922,15).

No entanto, deve ser levado em conta que o Recorrente, em seu primeiro ano de gestão, encontrou o Município em situação caótica, fato que se confirma pelas sucessivas rejeições de contas nos exercícios de 2017 a 2016.

Demais disso, confrontando-se os resultados do exercício de 2016 com os de 2017, verifica-se que foram adotadas as seguintes providências:

Resultado da Execução Orçamentária com os ajustes da Fiscalização:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA R\$

(+) RECEITAS REALIZADAS 11.307.346,85

(-) DESPESAS EMPENHADAS 9.205.297,67

(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA 700.000,00

(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA 65.316,46

(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

**RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1.467.365,64
12,98%**

a) diminuição da dívida de curto prazo em 29,23%, passando essa de R\$ 2.997.599,76 em 2016 para R\$ 2.121.223,66 em 2017;

b) adesão ao Termo de Parcelamento realizado com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – DEPRE, no valor de R\$ 519.354,30, referente à insuficiência no pagamento de precatórios do exercício

de 2016 (Processo Geral de Gestão nº 8.113/10, evento 39.9 do TC-006649.989.16);

c) adesão ao Acordo de Parcelamento junto à Caixa Econômica Federal para regularização de repasse do Convênio de Consignação sob nº 28852-7, referente aos valores retidos e não repassados aos servidores municipais, também no exercício de 2016, totalizando R\$ 486.601,85 (evento 39.16 do TC-006649.989.16).

Verifica-se também que as dívidas herdadas pelo Recorrente, objeto de parcelamentos, totalizaram R\$ 1.005.956,15, dívida que se não existisse, a Municipalidade encerraria o exercício com um déficit financeiro de R\$ 371.803,54, dentro do patamar aceito por este E. Tribunal.

Portanto, restou demonstrado que o gestor não se manteve inerte, ao contrário realizou grandes esforços na tentativa de alcançar o desejado equilíbrio fiscal, preconizado pelo artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, motivo pelo qual, neste caso, o déficit financeiro, embora em patamar acima do tolerado pela jurisprudência, comporta relevação.

Nesse sentido, inclusive, já decidiu esta Corte nos seguintes precedentes: TC-006913.989.16, TC-006626.989.16, TC-006899.989.16 e TC-006815.989.16, além daqueles citados pela ATJ.

Aliás, corroborando o entendimento exposto, os resultados da execução orçamentária e financeiro obtidos nos três exercícios abaixo discriminados apresentaram a seguinte configuração:

Exercício Processo

Execução Orçamentária

Déficit Financeiro RCL

Resultado Percentual

*2018 TC-004406.989.18 Superávit 2,85% 29 dias da RCL
R\$ 12.335.126,83*

*2017 TC-006649.989.16 Superávit 12,98% 41 dias da
RCL R\$ 12.070.922,15*

*2016 TC-004171.989.16 Superávit 4,56% 90 dias da RCL
R\$ 11.404.035,47*

O demonstrativo acima demonstra que, no exercício de 2018, o Recorrente continuou adotando medidas regularizadoras visando à obtenção do equilíbrio fiscal, tanto que a Fiscalização apurou novamente uma redução do déficit financeiro, ratificando a boa gestão dos recursos.

3.2. Por fim, analisando-se a gestão fiscal empreendida pelo Prefeito Recorrente no exercício em exame, em seu primeiro mandato, constata-se a existência de outros aspectos que corroboram a aprovação das contas, tais como: superávit orçamentário de 12,98%, atendimento dos mínimos constitucionais e legais no Ensino (26,04%), Pessoal do Magistério (83,85%),

Despesa com Pessoal (44,02%), Saúde (16,20%) e Transferências ao Legislativo (5,87%); bem como a realização de investimentos correspondentes a 1,01% da RCL.

3.3. Diante do exposto, voto pelo provimento do pedido de reexame, reformando o parecer hostilizado a fim de que outro seja emitido, agora favorável à aprovação das contas, sem prejuízo das recomendações assinaladas na decisão originária.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2020.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

CONSELHEIRO”

O parecer exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em relação às contas do Prefeito será julgado em sessão oportunamente determinada em ordem do dia pelo Senhor Presidente desta Edilidade, podendo ser rejeitado, caso obtenha 2/3 dos votos nos moldes do artigo 29 inciso § 3º, da Lei Orgânica deste Município.

Passamos a emitir o parecer abaixo:

COMISSAO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

PARECER À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINÓPOLIS - EXERCÍCIO 2017

I - RELATÓRIO

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, encaminhou a esta Casa Legislativa o parecer prévio emitido sobre as contas da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis - Exercício 2017, Processo nº. TC-006649.989.16-7 em apenso TC-024479.989.19-6 para apreciação e julgamento.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do artigo 29 § 1º da Lei Orgânica do Município de Dolcinópolis o controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal, a tramitação da prestação de contas do Prefeito será de conformidade com as disposições contidas nos art. 200 e seus parágrafos, cabendo à Comissão de Finanças, Orçamento emitir parecer conclusivo sobre a Prestação de Contas do Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Diante da legislação citada faz-se a análise da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis, exercício de 2017:

1. DA ADMINISTRAÇÃO

1.1. Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa:
AMÉRICO RIBEIRO DO NASCIMENTO

2. DO DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO APRESENTADO INICIAL - TC - PRINCIPAL (tomamos a liberdade em citar o que diz o relator)

2.1 - Entretanto, as contas se ressentem de irregularidade grave e capaz de comprometê-las por inteiro. Refiro-me aos Resultados Econômico-Financeiros.

A Fiscalização apurou que o Município apresentou resultado da execução orçamentária superavitário de R\$ 1.467.365,64, ou seja, 12,98% da receita efetivamente arrecadada de R\$ 11.307.346,85.

No entanto, o resultado financeiro foi deficitário em R\$ 1.377.757,69 que, equivalente a 41 (quarenta e um) dias

de arrecadação (RCL), encontra-se acima da margem tolerada por esta E. Corte por impactar negativamente os orçamentos futuros.

A dívida de curto prazo diminuiu 29,23% (de R\$ 2.997.599,76 para R\$ 2.121.223,66) em relação ao exercício anterior.

A dívida de longo prazo aumentou 11,79% (de R\$ 1.442.106,29 para R\$ 1.612.118,12); e a dívida ativa, 23,15% (de R\$ 118.797,83 para R\$ 146.300,56) em relação ao exercício de 2016.

Os investimentos corresponderam a 1,01% da Receita Corrente Líquida (R\$ 24.469.198,96).

O endividamento total da Municipalidade em 2017, de R\$ 3.733.341,78, representou 30,93% da RCL do exercício (R\$ 12.070.922,15).

Tudo isso demonstra a ausência de rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária e impõe a conclusão de que o Município não deu cumprimento ao artigo 1º, § 1º, da LRF.

Neste contexto, na esteira de recentes decisões proferidas nos autos dos TC-006625.989.16, TC-006619.989.16 e TC-006542.989.16, não há como aprovar as presentes contas.

3. PARECER PRÉVIO DA 1ª CÂMARA DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

3.1. Processo TC – 006649.989.16-7 - Prestação de Contas Municipal – Exercício 2017 - Município de Dolcinópolis – SP.

3.2. Presidente Conselheiro – **EDGARD CAMARGO RODRIGUES** e Relator Conselheiro – **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

3.3 - Procurador de Contas: CELSO AUGUSTO MATUCK FERES JUNIOR

3.3. Da Decisão:

3.3.1. “...em Sessão de 08 de outubro de 2019, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, e Cristiana de Castro Moraes, Presidente em exercício, e do Conselheiro Substituto Antônio Carlos dos Santos, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidir emitir parecer prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis, relativas ao exercício de 2017. Determina, outrossim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências consignadas no mencionado voto. (j. aos autos)

À margem do parecer, determinou a expedição de ofício ao Executivo Municipal, com as recomendações consignadas no voto.

3.3.2 - Pedimos vênia para apresentar o **EMENTA**:

“EMENTA: CONTAS MUNICIPAIS. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. DÉFICIT FINANCEIRO. 1. Déficit Financeiro equivalente a aproximadamente 41 dias da RCL suplanta o limite tolerado pela jurisprudência desta Corte. 2. Parecer Prévio Desfavorável”

3.3.3 - Os autos foram examinados sob o seguinte escopo:

3.3.3.1 - Expedientes que constam em preliminar ao relatório –

Aplicação no Ensino – CF. art. 212 26,04% - Ref. (25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, art. 21, caput e §2º 100% - Ref. (95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII 83,85% - Ref. (60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, ”b” 44,02% - Ref. (54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III 16,20% - Ref. (15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, §2º, I 5,87% - Ref. 7%
Execução Orçamentária – R\$ 1.467.365,64 12,98% - Superávit
Resultado Financeiro – (R\$ 1.377.757,69) - Déficit
Precatórios Relevado
Remuneração dos agentes políticos - Regular
Encargos Sociais (INSS, PASEP e Parcelamentos) - Regulares
Ordem Cronológica de Pagamentos - Irregular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL - 1,01%

ATJ: Favorável

MPC: Desfavorável

SDG: -

3.3.4 - Da Conclusão da Primeira Câmara do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

3.3.4.1 - Parecer Prévio rejeitando as contas prestadas pelo Sr. Américo Ribeiro do Nascimento - Prefeito deste Município de Dolcinópolis, exercício 2017, face aos seguintes itens:

3.3.4.2 - Resultado do exercício, resultado financeiro foi deficitário em R\$ 1.377.757,69 que, equivalente a 41 (quarenta e um)

dias de arrecadação (RCL), encontra-se acima da margem tolerada por esta E. Corte por impactar negativamente os orçamentos futuros..

4 - DO PEDIDO DE REEXAME PROCESSO nº. TC-024479.989.19-6 - documentos que o instruiu.

4.1 - Procurador do Ministério Público de Contas: **Dr. Celso Augusto Matuck Feres Junior**

4.2 - Relator - Conselheiro - Dr. **Sidney Estanislau Beraldo**

4.3 - Conclusão do Reexame:

4.3.1 - “ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 09 de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antônio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, preliminarmente conhecer do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, **dar-lhe provimento**, a fim de que, reformando-se o parecer recorrido, outro seja emitido, agora favorável à aprovação das contas, sem prejuízo das recomendações assinaladas na decisão originária, conforme exposto no voto do Relator e nas correspondentes notas taquigráficas, inseridos aos autos”.

5 - CONCLUSÃO DESTE RELATOR –

5.1 - Esta Relatora manifesta-se pela aprovação do parecer prévio do e. Tribunal de Contas sobre a Prestação de Contas do Prefeito Municipal, exercício 2017, que em conclusão aprova as contas prestadas pelo Sr. Américo Ribeiro do Nascimento, **expedindo-se neste ato PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO e remetendo ao Plenário a decisão no tocante ao mérito.**

É o meu **PARECER** a apreciação dos demais Membros.

Dolcinópolis-SP., 30 de outubro de 2020.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

CELMA MARIA POSCLAN NEVES

Vice Presidente e Relatora

De acordo:

ROZANGELA GALENTI NILSEN

Presidente

ZILDA BINDELLA DOS SANTOS

Membro